

REIVINDICAÇÕES PELA ORIGEM: A APROPRIAÇÃO DO EGITO ANTIGO PELO DISCURSO PAN-AFRICANO

RAISSA BRESCHIA DOS REIS*

* Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

E

Resumo

Este trabalho dedica-se a entender a maneira pela qual o Egito Antigo, enquanto símbolo da origem da civilização reconhecido e consagrado pela historiografia tradicional foi apropriado pelo pensamento pan-africano e transformado em emblema da grandiosidade do passado comum da África, mais precisamente da “raça negra”, e lugar de memória dessa nova coletividade, como origem da própria humanidade. Trata-se de um esforço de procurar estabelecer os porquês dessa tentativa e de que maneira ela se insere num esforço maior de criação de uma identidade negra pelo discurso pan-africanista. Dado o pioneirismo da obra de Cheikh Anta Diop no sentido de articular essa apropriação do Egito Antigo, trazendo o próprio peso da antiguidade clássica para o passado da África, foi-lhe dado local privilegiado dentro desse trabalho de compreensão da criação do Egito Negro.

Palavras-chave: Pan-africanismo; Cheikh Anta Diop; Egito Negro; Afrocentrismo; História da África.

As bases de um discurso pan-africanista surgem ainda em meados do século XIX entre afro-descendentes nas Américas. Nascidos em uma sociedade extremamente segregacionista e, até mesmo, escravista em alguns de seus estados, essa primeira articulação do pensamento pan-africanista legaria a seus sucessores uma forte marca racista e muitas vezes racista, conquistada não só na vivência cotidiana da marginalização racial como na formação intelectual ocidental.

No final do século XIX e início do século XX, W. E. B. Du Bois, sistematiza esse pensamento em uma concepção geral das sociedades humanas e do conhecimento possível acerca destas. Segundo sua obra,

que marcaria todo o pan-africanismo, “a história do mundo é a história, não de indivíduos, mas de grupos, não de nações, mas de raças, e quem ignora ou procura anular a idéia de raça na história humana ignora e anula a ideia central de toda a história” (DU BOIS *apud* APPIAH, 1997, p. 54). O pan-africanismo baseava-se na ideia de solidariedade racial e procurava dar à raça negra seu lugar em meio ao concerto das nações, apropriando-se das ideias universais ocidentais, em busca da integração pela diferença. Cada uma das raças, enumeradas por Du Bois e por muitos outros pan-africanistas, com suas especificidades, possuiria uma missão que cumprida garantiria o progresso universal. Entre os nascidos em África esse conjunto de idéias ganharia força principalmente a partir de meados do século XX.

Entre os pioneiros dessa articulação está Cheikh Anta Diop. Escritor, sociólogo, historiador, egiptólogo, antropólogo, Diop percorreu esse ambiente de luta tanto no interior do pan-africanismo como a partir do movimento da Negritude¹. Suas obras o fizeram protagonista desses embates por uma identidade reconhecida e reconhecível. O autor, nascido no Senegal em 1923, foi o primeiro a procurar a origem de uma “civilização negra”, berço da “raça negra” na antiguidade, a partir de um conceito historiográfico bem semelhante ao teorizado por Du Bois. Estudou em Paris, na universidade da Sorbonne, onde iniciou seus estudos acerca das origens da civilização negra que lhe renderiam uma controversa posição dentro do pan-africanismo. Sua primeira grande obra a respeito do assunto, uma tentativa de doutorado negada na universidade francesa, **Nações negras e cultura**, de 1955, afirmava o Egito como a primeira civilização africana e negra.

Em sua obra, o Egito antigo assume lugar de destaque como origem reivindicada da unidade africana. Grande civilização da antiguidade, o país teria sido governado por homens negros, homens capazes, que escravizavam populações brancas da Ásia e mantinham relações fundamentais com a Grécia antiga, cuja cultura teriam influenciado profundamente. A identidade do homem negro, confundindo-se com a identidade do homem africano, nascera, segundo Diop, antes de qualquer outra, a partir da primeira grande civilização da humanidade e fora responsável por instaurar um mundo de complexidade e sofisticação.

A Unidade Pan-africana, defendida pelo senegalês como destino embaçado na raça, teria sobre o Egito antigo o mesmo direito que a Europa dizia possuir sobre a antiguidade grega. Portanto, a grandiosa sociedade dos faraós não mais poderia ser vista como parte reconhecida da história ocidental, mas sim como o capítulo original da história da própria raça negra. Herdeira que era dos egípcios, a essa coletividade deveria estar reservado um lugar muito além daquele que ocupava como dominada e submissa. De acordo com o autor, as grandes pirâmides eram obras de homens negros, representantes da raça, pares dos homens e mulheres que formavam a África do século XX e essa afirmação deslocava a ideia de civilização, de efervescência social e cultural ao continente africano, dando-lhe direito de posse sobre estas, sem dívidas com o ocidente.

A escolha de Diop de constituir o Egito antigo como civilização negra por excelência, da qual todo indivíduo negro deveria se sentir herdeiro

O movimento da Negritude, constituído no pós-guerra, assim como o pan-africanismo, baseava-se na idéia da unidade e solidariedade racial. No entanto, o olhar dos intelectuais engajados nesse movimento voltava-se principalmente para as manifestações culturais e artísticas, como a literatura, produzidas por populações e autores “negros”. Entre seus principais expoentes estavam o antilhano Aimé Césaire e o senegalês Leopold Sedar Senghor, que após a independência do Senegal se tornaria presidente por cerca de vinte anos. As relações de Diop com o Negritude foram ambíguas, principalmente após a ascensão de Senghor no Senegal após negociações pacíficas com a França, posição que o historiador e também político não sustentaria, partindo do país ainda na década de 1960.

e continuador é patente para se perceber os mecanismos que informam essa reivindicação por uma origem, uma história, essa luta por autonomia.

Trata-se, como já dito, de um esforço começado em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando o pan-africanismo torna-se uma bandeira levantada também por africanos, dentro e fora do continente. Cheikh Anta Diop fazia parte de um grupo de jovens nascido em África que havia sido levado a estudar no continente europeu e deparara-se com o fracasso da modernidade enquanto projeto, com países desacreditados e em crise. Diante dos olhos desses estudantes pareceu claro: os povos africanos não mais poderiam permanecer sob a tutela de um continente esgotado pela guerra interna e por divisões que pareciam intransponíveis. Nesse contexto, novos espaços de contestação e construção de um projeto da “África para os africanos” surgiram e Diop emergiu como um de seus principais idealizadores e militantes. Desafiando a academia europeia, com o respaldo de uma efervescência social crescente no mundo ocidental, o jovem professor investiu suas pesquisas em construir uma tese que reivindicava para a África um dos pilares reconhecidos da antiguidade clássica.

O Egito antigo era reconhecido pelo conhecimento institucionalizado europeu, - que se dizia detentor da civilização e da missão (ou mesmo fardo) de dividi-la com o mundo, - como um dos berços de sua própria cultura, devido a sua proximidade com a Grécia e sua grandiosidade evidente. Ao apropriar-se desse espaço, o historiador reivindicava não só o peso da autoridade que carrega a História Antiga dentro da disciplina da História, como afirmava igualdade diante do continente europeu enquanto parte integrante e autônoma da construção de um mundo civilizado. Os países africanos não precisavam esperar que a civilização viesse do outro lado do Mediterrâneo, os grandes faraós já haviam lhes legado sua sofisticação cultural e filosófica, o que era visível, de acordo com o professor, pelas continuidades vistas principalmente na língua de algumas regiões e mais exatamente na cor da pele e nos “traços negróides” que os povos do continente compartilhariam ao longo do tempo e do espaço.

O estigma da raça negra transformava-se em emblema na obra de Cheikh Anta Diop. Ser um homem negro significava ser herdeiro dos grandes faraós, que tinham sua importância reconhecida em todo o mundo ocidental. Portanto, pertencer ao continente africano na obra de Diop não mais significava estar ligado a um passado de barbárie e obscuridade. A filosofia, reconhecida como construtora do próprio conhecimento tal como ele é, teria nascido em África, entre homens negros livres, que possuíam o poder sobre seu país e sobre suas vidas, sem precisar de guias brancos e auxílios exteriores.

Nesse sentido, os esforços de Diop se inserem numa reivindicação pela origem como uma luta pela autonomia, possível e desejável. A afirmação da raça negra, antigo estigma a ser suplantado ou mesmo negado, torna-se alvo de uma “reivindicação pública” que, nas palavras de Pierre Bourdieu, “termina na institucionalização do grupo produzido” a partir do antigo estigma. Ocorre uma “inversão dos sinais” anteriormente aceitos que procura o estabelecimento de uma nova ordem,

uma nova “di-visão”. Trata-se, pois, de uma “revolução simbólica”:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade[...]. (BOURDIEU, 1998, p.125)

A possibilidade de apropriação dos mecanismos de construção de sua própria identidade é antes o que permeia a autonomia de um povo, sua autodeterminação. O próprio esforço de Diop está imerso num desejo maior de construção de uma África guiada por seus moradores, sem que estes continuassem a se esgueirar pelos labirintos instituídos da identidade do colonizado. Ao reivindicar outra origem que não o passado de trevas que tantas vezes o europeu imputou ao homem negro, dando como início à história em África o próprio imperialismo, o senegalês desafia a ordem, reclamando o direito pelo estabelecimento de uma origem.

Numa perspectiva ampla, a apropriação do Egito antigo pelo discurso panafricano de Cheikh Anta Diop faz parte de uma ação maior, coletiva, em que a possibilidade da construção de uma identidade africana pelos próprios africanos passa pelo processo de independência e, ao mesmo tempo, de reapropriação e reconstrução dos espaços ali estabelecidos. Trata-se de dar ao novo homem a posse sobre sua terra. De acordo com Michel Foucault, “o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto” (FOUCAULT, 1979, p.25). Diop parecia ter escolhido as armas certas.

Para analisar brevemente as principais ideias e contribuições do escritor, nos deteremos em texto escrito e defendido em 1974, por Anta Diop, por ocasião de simpósio da Unesco sobre “O povoamento do antigo Egito”, realizado no Cairo. O artigo apresentado foi posteriormente publicado no livro *África Antiga*, o segundo volume da História Geral da África, realizado pelo Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, da mesma UNESCO, sob o título de “Origem dos antigos egípcios”. Trata-se de uma obra escrita para representar as opiniões do professor dentro de discussão na qual estaria em jogo a interpretação a se aceitar acerca da história antiga de África e, por esse motivo, inclusive, tornou-se uma defesa aguerrida dos principais argumentos de sua tese, baseada em vários conhecimentos e métodos diferentes.

Neste artigo, o autor começa por afirmar que a origem da “raça humana” se deu “aos pés das montanhas da Lua” (DIOP, 1983, p. 19). O interessante a se notar nessa pequena introdução é que mais do que afirmar a África como berço da humanidade, o autor especifica bastante o local onde se teria dado início a jornada humana. As montanhas da Lua são o local onde se encontra a nascente do rio Nilo, o Egito é, pois, apontado desde então como a grande origem. E, ainda, a cor negra da pele desses primeiros humanos é afirmada logo em seguida. Baseando-

-se em controversa “lei” pela qual os animais tendem a desenvolver melanina, pigmento responsável pela coloração da pele humana, quando pertencem a locais com climas quentes e úmidos, afirma que se tratava de homens negros. Mas as “provas brutas” de que era a primeira população humana uma população negra e, ao mesmo tempo, que esta deu início, também, ao pensamento e cultura africanos, virão ainda em grande quantidade.

Procurando pautar-se por um cientificismo exacerbado, o autor começa a elencar as várias análises possíveis dessa hipótese apresentada na introdução pela antropologia física. Esse saber que se pretende científico estuda mecanismos evolutivos, heranças, adaptabilidade e variabilidade genéticas da espécie humana. Seus métodos são considerados bastante controversos desde a primeira metade do século passado, e inclusive chamados de pseudocientíficos. Entre eles, o mais conhecido é a antropometria, medição de partes do corpo humano para determinar comportamento social e capacidade intelectual. A antropologia física foi muito utilizada para a comprovação e separação de raças e indivíduos no início do século XX, bem como para provar a inferioridade das “raças não brancas”, justificando o domínio europeu ocidental.

O autor, que escreve já na década de 1970, conhece a utilização da área para esses fins apresentados e sua escolha, portanto, não pode ser considerada inocente. As críticas se multiplicam por toda argumentação dedicada à antropologia física. Nega a objetividade e a veracidade das conclusões alcançadas por seus estudiosos, bem como afirma a sua contraditoriedade. Diop critica as características que a antropometria dá a cada uma das raças, muito embora, não discorde do conceito de raça propriamente dito. E, ainda segundo ele, mesmo diante de tantas contradições, as teorias com bases nas medições de crânios que convergem a cerca da raça da antiga população do Egito confirmam que ela era negra. Usa da própria técnica utilizada para afirmar a inferioridade intelectual do negro para comprovar sua tese.

Nesse momento do texto as suas concepções acerca do termo raça ficam bastante claras. O termo carrega, para Diop, uma clara carga biológica, como a escolha da antropologia física já confirma, e classificaria populações humanas homogêneas. Ele ridiculariza, por exemplo, o uso do termo “moreno” por Elliot-Smith², ao qual chama de “eufemismo de negro”. O povo que teria dado origem aos egípcios seria totalmente negro. As feições, bem como a pele preta, constatadas através da análise da pele e da estrutura óssea de múmias, seriam evidências claras de que se tratava de uma população negra. Ou seja, para pertencer à raça negra, bastava possuir as características físicas, mesmo fenotípicas, consideradas por Diop como comuns aos indivíduos que dela fazem parte. A cultura, as representações, o pensamento e a própria língua viriam como conseqüências do fenótipo e genótipo e nesse caso corresponderiam à “raça negra”, inclusive por isso elas são tratadas no artigo em um segundo momento. Cheikh Anta Diop é muito direto nesse sentido quando afirma que um livro didático promove uma distorção das “definições básicas” quando apresenta o seguinte argumento: “Um negro se distingue menos pela cor da pele (pois existem ‘brancos’ de pele negra) do que por suas feições: lábios grossos, nariz chato...” (DIOP, 1983, p. 42)

Sir Grafton Elliot-Smith (1871-1937) foi um renomado e premiado pesquisador australiano que se dedicou ao estudo da anatomia, da arqueologia e da egiptologia. Foi um dos principais teóricos do “difusionismo”, que afirmava a expansão da civilização a partir de um centro, no caso o Egito antigo. A crítica de Diop refere-se ao fato de Elliot-Smith considerar egípcios e nativos do sul do continente europeu como membros de uma mesma e indistinta “raça morena”. Esse aspecto, porém, é secundário na obra do estudioso australiano. Mais informações, consultar o Dicionário Biográfico Australiano, disponível em <http://adbonline.anu.edu.au/adbonline.htm>.

Além disso, as denominações povo, população, raça e até mesmo nação, se confundem na argumentação de Diop. Fica visível ao longo do texto como a coesão nacional nos países europeus se daria devido a uma unidade racial. Coesão essa que os europeus insistiriam em evitar no caso das “sociedades não-europeias”, negando a existência de uma só “raça negra” que abrangeria desde os egípcios antigos aos africanos atuais e os membros de sua diáspora através de argumentos tais como os já citados aqui, que o professor Diop chama de manipulações.

Posteriormente, o autor dedica-se à análise das representações “proto-históricas” encontradas no vale do Nilo como provas de uma remota origem negra para o povo do Antigo Egito e de sociedades próximas e contemporâneas, como o reino da Núbia e da Etiópia. O principal objetivo dessa busca do povo apontado pelos próprios antigos egípcios como aquele que habitava a região e teria sido o principal formador de sua população, ao qual chamavam Anu, parece ser não só a afirmação de sua negritude, mas também do lugar ocupado por eles dentro da sociedade que seria de chefia, em detrimento de outros povos, alguns dos quais, segundo Diop, representados como estrangeiros, submissos e, muitas vezes, como escravos. Portanto, fazia parte do argumento central a afirmação de que nos primórdios da civilização, mais do que uma população negra, estava uma estirpe de faraós negros, com escravos brancos.

Seguem-se a essa divisão do texto, pequenas incursões biológicas em análises nas áreas de “dosagem de melanina”, “medidas osteológicas” e “grupos sanguíneos”, nas quais trabalha sempre utilizando-se da base científica reconhecida como forma de legitimar as suas conclusões. A sessão seguinte é de grande importância para o entendimento da estratégia argumentativa de Diop. Nesse momento, o autor elenca uma série de dez personalidades da Antiguidade, entenda esta como Grécia e Roma antigas, que afirmam que os egípcios eram negros. Ao listar esses relatos, o senegalês reafirma a legitimidade que dedica a esses homens e, ao mesmo tempo, mostra sua estratégia de apropriar-se da autoridade considerada por muitos como europeia e, portanto, verossímil para afirmar a veracidade do Egito Negro, grandioso e anterior a essas civilizações. O que é ainda mais visível quando esta listagem se segue a resultados obtidos através da moderna ciência ocidental e acabam por abarcar relatos europeus do século XVIII. Demonstra dessa forma como a sempre afirmada racionalidade europeia, muitas vezes, ou, nas vezes em que foi sincera, confirmou os egípcios como negros, ou seja, a grandiosidade da raça negra. Assume os meios de informação de uma identidade, toma posse do poder de estabelecer uma origem africana, baseado no uso e inversão da autoridade acadêmica reconhecida, mas perde-se em seu intuito, assumindo uma identidade enrijecida da África e do africano, agora vista como emblema, mas ainda redutora das possibilidades de entendimento dos muitos povos reunidos sob o nome de africanos.

Diop se mostra um pan-africano, seguidor da concepção historiográfica de Du Bois, onde as raças são escolhidas protagonistas tanto no caso de uma história europeia como de uma história africana, muito embora não considere o fenótipo como uma “característica sutil” como

o norte americano afirmava. O negro é encarado como uma entidade transtemporal nessa argumentação. O autor chega a se perguntar como ter “pele preta e cabelos crespos” (DIOP, 19, p.) não poderia ser considerado como prova suficiente para fazer de um homem, negro. Desconsidera, assim, a maneira como essa, ou antes, essas identidades foram construídas ao longo do tempo, e permaneciam em modificação, num embate do qual ele participava. A naturalização da identificação racial era tamanha que o autor se sente autorizado a afirmar que os próprios egípcios se consideravam negros, porque, segundo sua tradução do egípcio antigo, se autodenominavam “os negros”. De fato, pode parecer uma prova incontestável, mas não se pensarmos que mais de três mil anos separam essas duas concepções do termo “negro”, que está implicado, em cada um dos casos, com usos extremamente distintos.

A identidade declaradamente defendida como essencialmente negra, não conta com a continuidade que lhe dá o discurso pan-africanista, apesar de ser tratada como um retorno às origens, como um sentimento que une membros de uma raça através de milênios. O que se vê no continente africano, por fim, é uma imensa diversidade de formas de práticas e representações sociais. O africano como tratado nesse e em outros textos pan-africanistas não existe e nunca existiu, mas era tomado como um pressuposto, como uma categoria, pelo discurso de Diop. Ao pressupor uma coletividade, uma origem, o senegalês procurava informar tal homogeneidade, dando condições para a formação do novo homem, o homem africano:

A redescoberta do verdadeiro passado dos povos africanos não deverá ser um fator de divisa, mas contribuir para uni-los, todos e cada um, estreitando seus laços de norte a sul do continente, permitindo-lhes realizar, juntos, uma nova missão histórica para o bem da humanidade [...]. (DIOP, 1983, p.70)

No entanto, ao desconsiderar as múltiplas identidades que têm lugar no continente africano, e até mesmo as muitas culturas que se constituíram ao longo dos anos nesse território, procurando engessar a origem e a identidade sob a égide biológica de seu conceito de raça, o historiador dificultou a aplicação de sua análise. A própria escolha do Egito como civilização negra por excelência atingia muito mais a academia europeia do que as populações africanas, com identificações regionais muito mais fortes. Não se deve negar o mérito, inclusive político, que suas teorias possuem, mas sua busca por uma adequação das identidades de África e do africano em categorias estanques e empiricamente inverificáveis são e devem ser alvos de críticas necessárias.

ABSTRACT

This work is dedicated to understanding the way in which ancient Egypt as a symbol of the origin of civilization recognized and consecrated by traditional historiography was appropriated by the pan-African thought and turned into a symbol of the grandeur of the common past of Africa, specifically the “black race”, place of

memory of this new community as the origin of humanity itself. This is an effort to try to establish the reasons of this attempt and how it fits into a larger effort to create a black identity by the pan-Africanist discourse. Because of the pioneering work of Cheikh Anta Diop in order to articulate this appropriation of ancient Egypt, bringing their own weight of classical antiquity to Africa's past, was given a privileged place within this work of understanding the creation of Black Egypt.

Key-words: Panafricanism; Cheikh Anta Diop; Black Egypt; Afrocentrism, African History.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CURTIN, Philip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. IN: KI-ZERBO, Joseph (Org). **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982. Cap.III, 73-89.

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. IN: MOKHTAR, G. (Org). **História Geral da África: A África antiga**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1983. Cap. I, 39-70.

FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 29/30, p. 317-343, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos. IN: **Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África**. Lisboa: Linopazas, 1995. p. 21-29.

M'BAH, Abogo. Panafricanismo clásico: identidad e reconocimiento. **Nsibidi**, Palma de Mallorca, Islas Baleares, Espanha, n. 1, ano 1, dezembro de 2004.

MOORE, Carlos. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. **Em tempo de história**, Brasília, n. 9, p. 90-114, 2005.